

A Responsabilidade Social das Empresas e o Desempenho Organizacional

Mário Marques¹, Cláudia Teixeira²

(recebido em 12 de Dezembro de 2007; aceite em 6 de Outubro de 2008)

Resumo. A relação entre a responsabilidade social e o desempenho organizacional das empresas, em concreto o económico-financeiro, tem sido objecto de muita investigação, sobretudo anglo-saxónica, sem, todavia, se chegar a um consenso relativamente à relação entre aquelas variáveis. Com o presente trabalho pretendemos realizar uma revisão da literatura relativa ao conceito de responsabilidade social das empresas e ao seu impacto no desempenho organizacional, em particular no desempenho económico-financeiro.

Palavras-chave: Responsabilidade Social das Empresas, Desempenho Organizacional, Desempenho Social das Empresas, Desempenho Económico-Financeiro.

Abstract. The relationship between corporate social responsibility and organizational performance, in particular economic and financial performance, has been subject of intensive research, mainly in the Anglo Saxon context, but without getting into a consensus on the relationship between these variables. This paper aims to review the literature concerned with the corporate social responsibility concept and its impact in the organizational performance, particularly the economic and financial performance.

Keywords: Corporate Social Responsibility, Organizational Performance, Corporate Social Performance, Economic and Financial Performance.

¹ Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho (EEG/UM)

² Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Instituto Politécnico do Porto (ISCAP/IPP)

1 Introdução

O desempenho social das empresas tem sido, nas últimas décadas, uma das dimensões da actuação das empresas a que os gestores cada vez mais prestam atenção. É comumente aceite que as empresas devem assumir comportamentos socialmente responsáveis, não podendo, no entanto, ignorar que o seu fim último – que legitima e sustenta a sua existência – é a criação de riqueza para os investidores. Contudo, cada vez menos se aceita que essa riqueza favoreça apenas os interesses de alguns, devendo a mesma contribuir para o interesse colectivo (AECA, 2004). É neste contexto que surge a noção de empresa socialmente responsável.

Para muitos autores é consensual que a incorporação de boas práticas de responsabilidade social nas organizações cria oportunidades e previne riscos, tendo um impacto positivo num vasto número de indicadores que avaliam o sucesso organizacional. Mas será de facto assim? Existirá evidência que permita perceber de forma concludente que a responsabilidade social das empresas melhora o desempenho das empresas?

No presente trabalho pretendemos reflectir sobre algumas das questões associadas a este conceito. Para tal, começamos por realizar um breve enquadramento histórico do conceito de responsabilidade social das empresas, analisar o seu desenvolvimento no âmbito da gestão empresarial (v.g. investimento socialmente responsável) e sintetizar a evolução da sua regulamentação na União Europeia. Seguidamente, realizamos uma revisão da literatura sobre o desempenho social e o desempenho económico-financeiro, sobretudo da literatura que estuda a dependência entre aquelas variáveis e a relação causa/efeito entre as mesmas.

2. A responsabilidade social das empresas: breve enquadramento histórico

As preocupações de natureza social são uma realidade há já algumas décadas. Podemos verificar que na década de 50, nos Estados Unidos, a responsabilidade social das empresas (RSE) era um tema debatido quer a nível académico, quer a nível empresarial. Veja-se, por exemplo, a obra de Howard Bowen intitulada, *Social Responsibilities of the Businessman*, publicada em 1953, que constitui uma referência nesta matéria (Monteiro, 2005). Posteriormente, no início da década de 60, os acontecimentos relacionados com a guerra do Vietname, entre outros factores, levaram ao aparecimento naquele país de movimentos populares que se manifestavam relativamente a questões éticas e também de RSE, ainda que com um carácter incipiente (Pées, 2006). Esses manifestos expressavam-se, nomeadamente, através de boicotes à produção de bens e serviços de entidades envolvidas naquele

conflito. Também a nível mundial verificaram-se fenómenos sociais, tais como a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, entre raças, assim como a contestação e luta por novos valores e atitudes (v.g. Maio de 1968 em França), que vieram gerar novas práticas no relacionamento das empresas com a sociedade e meio ambiente. É neste contexto que se passou a divulgar informação acerca das práticas das empresas no domínio ambiental e social. Assim, no início da década de 70, esta matéria assume especial relevo aquando da elaboração e publicação dos relatórios sobre actividades de índole social. Surge em França, em 1972, um dos modelos e práticas associadas àquelas actividades, o Balanço Social e, em 1977, aquele país foi o primeiro a estabelecer a sua obrigatoriedade para empresas com mais de 750 trabalhadores (Monteiro, 2005).

A crescente globalização das economias através da acção das grandes multinacionais, condicionada pelas preferências e “valores” do mercado, veio acelerar todo o processo associado à definição do conceito de RSE. Desde então, têm-se realizado diversos estudos e investigação acerca dos efeitos das políticas de responsabilidade social praticadas pelas empresas, todavia, por falta de resultados consistentes e conclusivos, prosseguem as investigações a nível académico sobre esta temática dada a sua complexidade (Moreno, 2004).

3. O conceito de RSE e a sua regulamentação na União Europeia

Como anteriormente referimos, a RSE e respectivas práticas vêm sendo debatidas ao longo de várias décadas, tendo suscitado um crescente interesse por parte de organismos regionais e internacionais, nomeadamente, Comissão Europeia (CE), Nações Unidas e Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE). A crescente tomada de consciência da importância das questões sociais no designado desenvolvimento sustentável originou o aparecimento de diversas iniciativas por parte de organizações, tais como *Investors for Africa*, *Global Compact*, *World Business Council for Sustainable Development*, *Global Reporting Initiative*. No entanto, a realidade demonstra que estas práticas ainda não têm uma aplicação efectiva e generalizada a nível mundial.

Neste domínio, a União Europeia (UE) tem desenvolvido acções para (i) divulgar os resultados e impacto positivo da adopção das práticas de RSE nas empresas e na sociedade, (ii) fomentar competências de gestão nesta temática, (iii) intensificar a RSE nas pequenas e médias empresas e (iv) promover a convergência e transparência das práticas de RSE (Monteiro, 2005). Em Março de 2000, a UE apresentou na Cimeira de Lisboa, entre outros, o objectivo estratégico de se tornar na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social (COM 366, 2001:3). Nesta Cimeira foi

determinada uma estratégia para a UE, consubstanciada num conjunto de medidas para as áreas tecnológica, científica, económica e social, entre outras, que visa a divulgação de melhores práticas e pretende alcançar uma maior convergência ao nível dos seus principais objectivos: sociedade da informação, investigação e desenvolvimento, política de empresa, educação e combate à exclusão social. A UE demonstra o maior interesse pelo tema da RSE e reconhece-lhe grande potencial para a consecução dos objectivos visados.

Com a publicação do Livro Verde, em 2001, a UE quis alargar o debate em torno da RSE com o intuito de determinar as formas de promover e melhorar as respectivas práticas quer na Europa, quer no resto do mundo. Neste documento é apresentado o conceito de RSE como sendo a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas, nas suas operações e na sua interacção com outras partes interessadas, e salienta-se a vantagem da assunção voluntária de compromissos não obrigatórios por lei (COM 366, 2001). Refere-se ainda que, ao adoptar uma gestão que concilia os interesses de diversas partes, numa abordagem global ao nível da qualidade e do desenvolvimento sustentável, as empresas contribuem para a melhoria das normas relacionadas com o desenvolvimento social, protecção ambiental e direitos fundamentais.

Para dar continuidade a esta trajectória foram ainda emitidos os seguintes documentos, tidos como principais no domínio da RSE: COM (2002) 347: *Responsabilidade Social das Empresas: Um Contributo das Empresas para o Desenvolvimento Sustentável*; COM (2005) 33: *Agenda Social* e COM (2006) 136: *Implementação da Parceria para o Crescimento e o Emprego: Tornar a Europa um Pólo de Excelência em Termos de Responsabilidade Social das Empresas*.

4. O investimento socialmente responsável: uma nova perspectiva na gestão empresarial

O aparecimento de orientações sobre as políticas de responsabilidade social, índices e classificações relativamente aos comportamentos socialmente responsáveis, bem como o crescente interesse e intervenção de organismos de âmbito regional e internacional, nomeadamente a CE e a OCDE, denotam a crescente consciencialização das questões sociais ao nível dos negócios das empresas.

De acordo com a UE, a popularidade do investimento socialmente responsável (ISR) aumentou nos últimos anos junto dos principais investidores. As políticas responsáveis do ponto de vista social e ambiental fornecem aos investidores um bom indicador de uma gestão sã, tanto a nível interno como externo. Ao anteciparem e prevenirem as crises que podem afectar a reputação da empresa ou provocar quedas abruptas no valor das suas acções, essas políticas contribuem para

a minimização de riscos (COM 366, 2001:22). Podemos então dizer que o ISR decorre não apenas da consideração de critérios e desempenho de cariz financeiro, mas também de critérios aferidores da postura ética, social e ambiental das sociedades. Existe evidência que reflecte uma crescente aplicação de critérios muito sensíveis a políticas de responsabilidade social por parte de gestores profissionais. Este fenómeno deve-se não apenas a questões de natureza ética e moral, mas essencialmente a aspectos de cariz financeiro, na medida em que existe a expectativa, por parte dos investidores, de obter resultados a longo prazo decorrentes de políticas socialmente responsáveis (Monteiro, 2005).

A relação estabelecida com a comunidade representa um activo que as empresas devem capitalizar porque resultará num reforço da sua imagem/reputação. Deste modo, os investimentos realizados deverão ser objecto de um adequado planeamento, assumindo uma vertente claramente estratégica. Para além destes aspectos, existe uma relação directa entre a prática de políticas socialmente responsáveis e o valor de mercado das empresas, dado que para muitos investidores a responsabilidade social é um elemento importante a ponderar (Moreno, 2004).

Para Lizcano & Nieto (2006) o investimento numa empresa socialmente responsável faz-se por dois motivos: pelo reconhecimento de determinados princípios e convicções de natureza ética; e pela crença de que a empresa venderá mais e, portanto, será mais rentável e atractiva.

Paralelamente ao aparecimento deste tipo de investimento, surgiram no mercado *rankings* que ordenam as entidades segundo determinados índices que, por sua vez, contemplam uma série de requisitos relativos a políticas socialmente responsáveis. Estes *rankings* têm-se desenvolvido de acordo com determinados critérios, nomeadamente no domínio do ambiente, direitos humanos e combate à corrupção (Monteiro, 2005).

5. O relato social como instrumento de aprendizagem organizacional

A construção de um quadro teórico sobre a responsabilidade social, bem como sobre o desempenho social tem sido complexa (Gond & Herrbach, 2006). De acordo com os mesmos autores, o estudo do desempenho social das empresas pode ser sintetizado em três grandes períodos: (i) inicialmente os investigadores centravam os seus estudos na percepção da razão pela qual algumas empresas tinham em linha de conta questões de natureza ambiental e social em vez de se concentrarem nas questões de natureza económica (*corporate social responsibility*); (ii) a segunda fase é relativa à percepção do modo como as práticas de responsabilidade social foram sendo operacionalizadas, *i. e.*, como a crescente consciencialização das questões sociais foi sendo materializada (*corporate social*

responsiveness); (iii) o terceiro período surge, fundamentalmente na década de 90, associado ao conceito de *corporate social performance*, o qual emergiu como síntese dos anteriores períodos.

Gond & Herrback (2006) pretenderam avaliar se a implementação de sistemas de relato social conduziria a alterações nas dinâmicas individual e organizacional, impulsionadoras do desempenho organizacional.

Estes autores referem que a literatura faz uma distinção entre duas tendências complementares de pesquisa em torno desta temática: a abordagem comportamental, que vê a aprendizagem organizacional como a capacidade de adaptação das organizações à sua envolvente; e a abordagem cognitiva, que vê a aprendizagem organizacional como um processo de mudança cognitiva. Esta dicotomia conduz a dois processos distintos de aprendizagem organizacional. O primeiro considera a aprendizagem como um processo de adaptação, sendo as rotinas encaradas como o resultado de anteriores aprendizagens e experiências. Neste contexto, a aprendizagem é definida como uma nova rotina resultante do processo “ensaio/erro” entre a empresa e a sua envolvente. No segundo, a aprendizagem é vista como um processo interno e conduz a uma mudança cognitiva. Nesta perspectiva, a aprendizagem decorre do processamento de informação.

Dada a proximidade, em termos conceptuais, entre desempenho social e a teoria da aprendizagem organizacional, Gond & Herrbach (2006) propõem o relato e desempenho sociais como um processo de aprendizagem, recorrendo à concepção feita por Wood (1991) sobre o modelo de desempenho social.

A ideia básica da RSE é a de que o negócio e a sociedade em geral, apesar dos diferentes interesses, se misturam. Assim, a sociedade gera expectativas relativamente ao comportamento e resultados das empresas e estas, por sua vez, esperam obter daquela recursos e legitimação (Wood, 1991).

6. Principais estudos sobre a relação entre o desempenho social e o desempenho económico-financeiro

A existência de uma relação entre o desempenho económico-financeiro e a RSE continua a ser amplamente debatida no seio da comunidade académica (Arlow & Gannon, 1982; Cochran & Wood, 1984; Aupperle *et al.*, 1985; Waddock & Graves, 1997; Griffin & Mahon, 1997; Orlitzky, 2001), considerando-se a sua análise muito importante a nível do governo das sociedades. O debate em torno desta problemática torna-se relevante na medida em que, por um lado, certas acções tendem a gerar impactos negativos no desempenho económico, devendo a gestão captar esse sinal com o intuito de as evitar e, por outro lado, se uma relação positiva pode ser estabelecida, então a gestão pode prosseguir com as acções que originaram tal impacto ou perceber que mecanismos causam essa relação (Cochran & Wood, 1984).

As pesquisas efectuadas no domínio da relação existente entre as duas variáveis têm conduzido a resultados contraditórios. Alguns autores defendem que existe uma relação positiva entre o desempenho social e o desempenho económico-financeiro (Waddock & Graves, 1997; Ruf *et al.*, 2001; Simpson & Kohers, 2002), outros admitem a existência de uma relação negativa (Arlow & Gannon, 1982; Cochran & Wood, 1984) e, por último, existem estudos que não permitiram aferir qualquer relação ou sustentam mesmo que a relação é inexistente ou neutra (Aupperle *et al.*, 1985).

No quadro seguinte elencamos os principais os estudos realizados ao longo das últimas décadas e cujas conclusões conduziram a cada um dos referidos resultados.

Quadro 1 – Estudos sobre a relação entre o desempenho social e o desempenho económico

Relação positiva	Relação neutra/inconclusivo	Relação negativa
<i>Década de 80</i>		
Anderson & Frankle (1980)	Anderson & Frankle (1980)	Chen & Metcalf (1980)
Chen & Metcalf (1980)	Freedman & Jaggi (1982)	Kedia & Kuntz (1981)
Kedia & Kuntz (1981)	Ingram & Frazier (1983)	Eckbo (1983)
Fry <i>et al.</i> (1982)	Aupperle <i>et al.</i> (1985)	Strachan <i>et al.</i> (1983)
Freedman & Jaggi (1982)		Shane & Spicer (1983)
Cochran & Wood (1984)		Cochran & Wood (1984)
Newgren <i>et al.</i> (1985)		Jarrel & Peltzman (1985)
Marcus & Goodman (1986)		Marcus & Goodman (1986)
Spencer & Taylor (1987)		Pruitt & Peterson (1986)
Wokutch & Spencer (1987)		Davidson <i>et al.</i> (1987)
Lerner & Fryxell (1988)		Davison & Worrell (1988)
Mcguire <i>et al.</i> (1988)		
<i>Década de 90</i>		
Morris <i>et al.</i> (1990)	Hill <i>et al.</i> (1990)	Hill <i>et al.</i> (1990)
Coffey & Fryxell (1991)		Holman <i>et al.</i> (1990)
Riahi-Belkaoui (1992)		Coffey & Fryxell (1991)
Hart & Ahuja (1994)		
Johnson & Greening (1994)		
Waddock & Graves (1994)		
Preston & O'Bannon (1997)		
Waddock & Graves (1997)*		
Dean (1998)*		
<i>Posteriores a 2000</i>		
Orlitzky (2001)*	McWilliams & Siegel (2000)*	
Ruf <i>et al.</i> (2001)*		
Simpson & Kohers (2002)*		
Orlitzky <i>et al.</i> (2003)*		
Allouche & Laroche (2005)*		
Velde <i>et al.</i> (2005)*		

* Actualização nossa

Fonte: Adaptado de Griffin & Mahon (1997) e Roman *et al.* (1999)

Os diversos estudos que vêm sendo desenvolvidos sobre esta temática pretendem essencialmente aferir, por um lado, a existência de uma relação entre o desempenho económico-financeiro e o desempenho social e, por outro, a relação de causalidade entre as referidas variáveis, *i. e.*, se o aumento do desempenho social conduz a uma melhoria do desempenho económico-financeiro ou vice-versa.

Nas secções seguintes discutimos em detalhe estas duas questões.

7. Razões subjacentes às práticas de responsabilidade social

O desempenho organizacional das empresas é afectado pelas suas estratégias e operações, quer nos mercados em que actuam, quer fora destes. A crescente importância dos grupos de pressão (v.g. ambiental e social) tem forçado as empresas a empreender estratégias não orientadas para o mercado em concreto (Orlitzky *et al.*, 2003).

As várias tentativas, desde a década de 70, para perceber e conceptualizar esta relação não tiveram o êxito esperado dado que as investigações sobre esta matéria conduziram a conclusões contraditórias. A inconsistência dos estudos realizados deve-se, fundamentalmente, (a) às diferentes formas e número de indicadores utilizados para medir quer o desempenho social, quer o desempenho económico (Arlow & Gannon, 1982; Orlitzky *et al.*, 2003), (b) ao descuido quanto a factores contingentes, *i. e.*, alguns estudos foram elaborados por ocasião de escândalos e após a descoberta de ilegalidades, o que condicionou a respectiva análise (Griffin & Mahon, 1997; Orlitzky *et al.*, 2003), (c) à pesquisa transversal desta relação, *i. e.*, ao estudo de diferentes indústrias, o que não é aconselhável (Griffin & Mahon, 1997) e, por último, (d) às incoerências no estabelecimento das séries temporais (Arlow & Gannon, 1982).

Na literatura são referidas algumas teorias que justificam as práticas de responsabilidade social e, conseqüentemente, o relato social. De acordo com a *social contracting theory* a empresa tem implicitamente estabelecido um contrato com a sociedade, que a obriga a conduzir a sua actividade dentro dos limites do que é justo. A *accountability theory*, tida como uma extensão da teoria anterior, considera o cumprimento da lei por parte das empresas. Por último, na *legitimacy theory*, que é igualmente entendida como uma extensão da primeira, defende-se que no desenvolvimento dos seus negócios as empresas devem atender às exigências dos vários *stakeholders*, no sentido de acolherem os interesses divergentes dos mesmos como forma de legitimar as suas acções de carácter empresarial (Haniffa & Cooke, 2005).

Esta última teoria é definida como uma percepção generalizada, ou assumida, de que as acções de qualquer entidade são desejáveis, próprias ou apropriadas no seio de um sistema social assente em normas, valores e crenças (Suchman, 1995). A ideia central desta teoria relaciona-se com o conceito de contrato social, assumindo uma natureza explícita ou implícita. Neste sentido, a gestão tenderá a gerir equilibradamente a prossecução dos seus objectivos e os valores sociais da sociedade em que se insere. Assim, a gestão far-se-á de molde a atenuar o *gap* de legitimidade, *i. e.*, a diferença entre os objectivos económicos e os sociais (Haniffa & Cooke, 2005). De acordo com O'Dwyer (2002), a legitimidade da organização pode ser entendida como um processo ou um estado. Os parâmetros sociais definidos pela envolvente alteram-se constantemente, pelo que as empresas têm que continuamente dar sinais de que as suas acções são legítimas e estão de acordo com

as boas práticas (Hooghiemstra, 2000), daí dizer-se que a legitimidade é um processo. De acordo com o estudo desenvolvido por Haniffa & Cooke (2005), a responsabilidade social e o seu relato constituem uma estratégia reactiva de legitimação - dirigida a desviar as atenções de questões relativas, nomeadamente, ao negócio - e uma estratégia pró-activa de legitimação para assegurar a influência junto das instâncias políticas e governamentais.

7.1. Relação positiva entre o desempenho social e o desempenho económico-financeiro

A teoria dos *stakeholders* sugere que o desempenho social das empresas está positivamente relacionado com o seu desempenho económico-financeiro, dado que a melhoria daquele desempenho incrementa a satisfação dos vários *stakeholders* e consequentemente a reputação externa da empresa, reflectindo-se numa melhoria do seu desempenho económico-financeiro (Allouche & Laroche, 2005). Para Orlitsky *et al.* (2003) os gestores aumentam a eficiência das suas organizações quando atendem às exigências externas dos diversos *stakeholders*. Se estes têm um papel importante ou controlam recursos críticos da empresa, esta está disposta a responder às suas exigências/expectativas (Ullman, 1985). Neste contexto, o poder dos *stakeholders* tende a estar positivamente relacionado com o desempenho social. O contrário verifica-se quando o poder dos *stakeholders* é baixo, nestes casos as suas exigências tendem a ser ignoradas pela empresa. Nestas duas situações encontram-se obviamente empresas distintas no que diz respeito, nomeadamente, ao sector e à sua dimensão.

De acordo com Waddock & Graves (1997), baseados na teoria dos *stakeholders*, existem tensões entre custos explícitos e custos implícitos. Uma empresa que despreza os custos implícitos enveredando, por exemplo, por acções socialmente irresponsáveis incorrerá em custos explícitos mais elevados que resultam em desvantagens competitivas. Assim, podemos dizer que existe uma relação positiva entre o desempenho social e o desempenho económico-financeiro das empresas, na medida em que os custos com a responsabilidade social são mínimos quando comparados com os ganhos potenciais, nomeadamente, em relação à moral e produtividade dos trabalhadores, à percepção dos consumidores e ao acesso ao sistema bancário (McGuire *et al.*, 1988; Waddock & Graves, 1997).

McGuire *et al.* (1988) argumentam que, ainda que os custos sociais sejam significativos, estes serão compensados pela redução de outros custos. As empresas socialmente responsáveis respondem às exigências explícitas e implícitas e são vistas, designadamente, pelos actuais e potenciais investidores como empresas com capacidade para gerar melhores retornos dos seus investimentos. Os mesmos autores concluíram que a redução do risco do negócio é uma importante consequência do desempenho socialmente responsável.

7.2. Relação negativa entre o desempenho social e o desempenho económico-financeiro

Um dos elementos caracterizadores das empresas em geral é a prossecução do lucro. Aquando da decisão de investimento, os accionistas geram expectativas relativamente à rentabilidade do negócio. Desta forma e de acordo com Friedman (1970), o empreendimento de políticas sociais deve ser levado a cabo apenas se conduzir ao lucro. Esta ideia assenta no pressuposto de que as empresas socialmente responsáveis incorrem em desvantagens competitivas relativamente às suas concorrentes, pois ao suportarem custos sociais vêm assim reduzida a sua rentabilidade e, conseqüentemente, a própria distribuição de ganhos aos accionistas (Waddock & Graves, 1997).

Alouche & Laroche (2005) referem que a existência de uma relação negativa entre o desempenho económico e a RSE pode explicar-se através de duas hipóteses, a hipótese de troca e a hipótese do oportunismo da gestão. De acordo com a primeira, o envolvimento na área da responsabilidade social resulta num aumento de custos, na medida em que conduz ao “desvio” de fundos e outros recursos, o que leva à perda de vantagem competitiva relativamente às empresas menos socialmente responsáveis. Desta forma, as empresas socialmente responsáveis tenderão a alcançar menores desempenhos económico-financeiros (Preston & O’Bannon, 1997).

É comumente referido na literatura que os gestores tendem a maximizar os seus benefícios próprios em detrimento dos interesses da empresa e dos *stakeholders* em geral (v.g. problemas de agência). Com efeito, a hipótese do oportunismo da gestão estabelece que, quando o resultado contabilístico de uma empresa é favorável, os gestores tendem a aumentar os seus ganhos a curto prazo com a redução dos custos sociais. Inversamente, quando o desempenho económico da empresa é fraco, os gestores tendem a melhorar o desempenho social incorrendo em custos com acções socialmente responsáveis e atribuem os maus resultados aos investimentos feitos nessas mesmas acções (Preston & O’Bannon, 1997).

7.3. Inexistência de qualquer relação entre o desempenho social e o desempenho económico-financeiro

Uma outra conclusão a que têm chegado diversos estudos é a da não existência de qualquer relação entre as variáveis em análise. Ullman (1985) concluiu que um número indefinido de variáveis afecta o desempenho social e o desempenho económico-financeiro, daí que não seja expectável a existência de qualquer relação. Aupperle *et al.* (1985) desenvolveram um estudo com o intuito de aferir a relação entre o desempenho social e a rentabilidade das empresas. Concluíram que não era possível estabelecer qualquer relação (positiva ou negativa) entre o desempenho

social e o económico-financeiro, sugerindo que as empresas socialmente responsáveis não têm benefícios nem prejuízos com a prossecução destas políticas.

8. A relação causal entre o desempenho social e o desempenho económico-financeiro

8.1. A hipótese do impacto social

Alguns defensores da teoria dos *stakeholders* acreditam que a evolução favorável do desempenho social, por meio do acolhimento das necessidades dos vários *stakeholders*, conduz a uma melhor imagem da empresa favorecendo o desempenho económico-financeiro da mesma (Preston & O'Bannon, 1997). A ausência de resposta às expectativas dos *stakeholders* (v.g. não accionistas) pode conduzir a maiores custos e/ou menores lucros devido ao aumento do risco associado à empresa (Cornell & Shapiro, 1987). Contrariamente ao que postulam Friedman (1970) e os seus seguidores, nesta hipótese defende-se que a empresa ao não atender às exigências implícitas, nomeadamente de cariz social, suporta perdas a nível económico, pelo que são os próprios investidores/accionistas que perdem com esta situação.

8.2. A hipótese da disponibilidade de recursos

Nesta hipótese, à semelhança da anterior, defende-se que existe uma relação positiva entre a componente social e a financeira das empresas mas num sentido diferente, *i. e.*, o desempenho económico influi no desempenho social. Mesmo que as empresas desejem seguir as exigências relativas às políticas sociais, elas apenas estarão dispostas a empreender políticas socialmente responsáveis quando existirem recursos para tal. McGuire *et al.* (1988) e Preston & O'Bannon (1997) testaram esta hipótese tendo obtido evidência estatística relativamente à mesma.

8.3. A hipótese da relação sinérgica

Esta hipótese agrega as duas anteriores. De acordo com alguns autores (Preston & O'Bannon, 1997; Waddock & Graves, 1997) é possível perceber efeitos sinérgicos entre o desempenho social e o desempenho económico-financeiro. A hipótese da sinergia positiva sugere que pode existir um ciclo vicioso entre estas duas variáveis (Waddock & Graves, 1997): um elevado desempenho social pode conduzir a melhores desempenhos económicos (hipóteses do impacto social) que,

por sua vez, pode levar a melhores desempenhos sociais (hipótese da disponibilidade de recursos). Este ciclo pode iniciar-se de forma inversa.

Dean (1998) concluiu num estudo elaborado a 469 empresas, nos anos de 1989 e 1990, que uma relação positiva pode ser estabelecida entre as duas variáveis, nos dois sentidos. Da análise de correlação e regressão realizada por Waddock & Graves (1997) sobre a referida relação de causalidade, concluiu-se que a responsabilidade social depende do respectivo desempenho económico (em concordância com a hipótese da disponibilidade de recursos) e que a natureza da relação entre as variáveis é positiva. Na mesma análise foi possível encontrar uma relação de dependência do desempenho económico relativamente ao desempenho social (em concordância com a hipótese do impacto social), sugerindo que um bom desempenho nas questões de natureza social pode impulsionar o desempenho económico. De acordo com este resultado, podemos questionar-nos sobre qual das situações ocorre primeiro, *i. e.*, fazendo-se sentir a relação nos dois sentidos, onde se iniciará o ciclo vicioso?

Conclusão

As preocupações de natureza social e ambiental são uma realidade há já algumas décadas. A crescente globalização das economias, acompanhada pelas preferências e valores do mercado, veio acelerar todo o processo associado à definição do conceito de RSE. O surgimento de orientações sobre as políticas de responsabilidade social, bem como o interesse e intervenção de organismos regionais e internacionais revelam também a crescente consciencialização das questões sociais no âmbito dos negócios.

A relação entre a responsabilidade social e o desempenho organizacional das empresas, em particular o económico-financeiro, tem sido objecto de muita investigação, todavia, sem a obtenção de resultados consistentes e conclusivos. Na realidade, os resultados a que chegaram os vários investigadores são contraditórios quando comparados entre si, na medida em que alguns concluem que a relação entre o desempenho social e o desempenho económico-financeiro é positiva, outros que é negativa, outros ainda que a mesma é inexistente ou neutra. Estas conclusões têm dificultado o estabelecimento de um quadro teórico sobre esta temática.

A relação positiva é na maioria dos estudos explicada pela teoria dos *stakeholders*. A hipótese do impacto social é apontada como justificadora da existência da relação causal positiva no sentido de que “um melhor desempenho social promove um melhor desempenho económico-financeiro”. Se a relação de causalidade se manifestar de forma inversa, a hipótese da disponibilidade de recursos pode explicar esta direcção. Por fim, as hipóteses de troca e do oportunismo da gestão são sugeridas pela literatura como justificadoras da relação negativa.

Bibliografia

- AECA (2004). *Marco Conceptual de la Responsabilidad Social Corporativa*, AECA, www.aeca.es.
- Allouche, J. & Laroche, P. (2005). A Meta-Analytical Investigation of the Relationship between Corporate Social and Financial Performance. *Revue de Gestion des Ressources Humaines*, 57, 18-41.
- Arlow, P. & Gannon, M. (1982). Social Responsiveness, Corporate Structure, and Economic Performance. *The Academy of Management Review*, 7(2), 235-241.
- Aupperle, K.; Carroll, A. & Hatfield, J. (1985). An Empirical Examination of the Relationship between Corporate Responsibility and Profitability. *Academy of Management Journal*, 28 (2), 446-463.
- Cochran, P & Wood, R. (1984). Corporate Social Responsibility and Financial Performance. *Academy of Management Journal*, 27 (1), 42-56.
- COM (2001) 366: *Livro Verde – Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas*, www.europa.eu.
- COM (2002) 347: *Responsabilidade Social das Empresas: Um Contributo das Empresas para o Desenvolvimento Sustentável*, www.europa.eu.
- COM (2005) 33: *Agenda Social*, www.europa.eu.
- COM (2006) 136: *Implementação da Parceria para o Crescimento e o Emprego: Tornar a Europa um Pólo de Excelência em Termos de Responsabilidade Social das Empresas*, www.europa.eu.
- Cornell, B. & Shapiro, A. (1987). Corporate Stakeholders and Corporate Finance. *Financial Management*, 16 (1), 5-14.
- Dean, K. L. (1998). The Chicken and the Egg Revisited: Ties between Corporate Social Performance and the Financial Bottom Line. *Academy of Management Executive*, 12 (2), 99-100.
- Friedman, M. (1970). The Social Responsibility of Business is to Increase Its Profits. *The New York Times Magazine*, September, 13.
- Gond, J. & Herrbach, O. (2006). Social Reporting as an Organisational Learning Tool? A Theoretical Framework. *Journal of Business Ethics*, Spring, 65, 359-371.
- Griffin, J. & Mahon, J. (1997). The Corporate Social Performance and Corporate Financial Performance Debate. *Business and Society*, 36 (1), 5-31.
- Haniffa, R. & Cooke, T. (2005). The Impact of Culture and Governance on Corporate Social Reporting. *Journal of Accounting and Public Policy*, 24, 391-430.
- Hooghiemstra, R. (2000). Corporate Communication and Impression Management – New Perspectives Why Companies Engage in Corporate Social Reporting. *Journal of Business Ethics*, 27 (1/2), 55-68.

- Lizcano, J. L. & Nieto, P. (2006). La Responsabilidad en el Capitalismo Futuro. Competencia, Gasto Público y Comportamiento Social de las Empresas, *Universia Business Review*, 10, 10-23.
- McGuire, J.; Sundgren, A. & Schneeweis, T. (1988). Corporate Social Responsibility and Firm Financial Performance. *Academy of Management Journal*, 31 (4), 854-872.
- McWilliams, A. & Siegel, D. (2000). Corporate Social Responsibility and Financial Performance: Correlation or Misspecification?. *Strategic Management Journal*, 21(5), 603-609.
- Monteiro, M. A. (2005). A Responsabilidade Social das Empresas (RSE). *Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários*, 21, Agosto, 65-70.
- Moreno, J. A. (2004). Responsabilidad Social Corporativa y Competitividad: Una Visión desde la Empresa. *Revista Valenciana de Economía y Hacienda*, 12 (III), 9-49.
- O'Dwyer, B. (2002). Managerial Perceptions of Corporate Social Disclosure. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15 (3), 406-436.
- Orlitzky, M. (2001). Does Firm Size Confound the Relationship between Corporate Social Performance and Firm Financial Performance?. *Journal of Business Ethics*, 33 (2), 167-180.
- Orlitzky, M.; Schmidt, F. & Rynes, S. (2003). Corporate Social and Financial Performance: A Meta-Analysis. *Organization Studies*, 24 (3), 403-441.
- Péés, E. (2006, Abril). *Eficiencia Diámica, RSE y Desarrollo Incluyente: Una aproximación económica a microfundamentos y modelizaciones alternativas*. Comunicación presentada na VIII Reunión de Economía Mundial, Alicante.
- Preston, L. & O'Bannon, D. (1997). The Corporate Social-Financial Performance Relationship. *Business and Society*, 36 (4), 419-429.
- Roman, R.; Hayibor, S. & Agle, B. (1999). The Relationship between Social and Financial Performance. *Business and Society*, 38 (1), 109-125.
- Ruf, B.; Muralidhar, K.; Brown, R.; Janney, J. & Paul, K. (2001). An Empirical Investigation of the Relationship between Change in Corporate Social Performance and Financial Performance: A Stakeholder Theory Perspective. *Journal of Business Ethics*, 32 (2), 143-156.
- Simpson, W. & Kohers, T. (2002). The Link between Corporate Social and Finance Performance: Evidence from the Banking Industry. *Journal of Business Ethics*, 35 (2), 97-109.
- Suchman, M (1995). Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. *The Academy of Management Review*, 20 (3), 571-610.
- Ullmann, A. (1985). Data in Search of a Theory: A Critical Examination of the Relationships among Social Performance, Social Disclosure, and Economic Performance of U.S. Firms. *The Academy of Management Review*, 10 (3), 540-557.

- Velde, E.; Vermeir, W. & Corten, F. (2005). Finance and Accounting Corporate Social Responsibility and Financial Performance. *Corporate Governance*, 5 (3), 129-138.
- Waddock, S. & Graves, S. (1997). The Corporate Social Performance - Financial Performance Link. *Strategic Management Journal*, 18 (4), 303-319.
- Wood, D. (1991). Corporate Social Performance Revisited. *The Academy of Management Review*, 16 (4), 691-718.